

Governo tem projeto alternativo à Carta

Rubem Azevedo Lima

A conclusão do prazo de funcionamento da Comissão de Sistematização da Constituinte, no próximo dia 28 — conforme apelo do próprio presidente José Sarney proporcionará ao Governo a apresentação de novo projeto de Constituição para o País, em substituição a tudo o que foi feito até agora, após nove meses de trabalho daquela Assembléia.



Regimentalmente, só não poderá ser apresentado novo projeto se a Comissão, até quarta-feira, aprovar o substitutivo do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Constituinte. A menos que haja acordo entre todos os partidos, isso dificilmente acontecerá. Dos 305 artigos da parte permanente e dos 69 da parte transitória do substitutivo de Constituição do deputado Cabral, o plenário da Sistematização aprovou apenas 24 dispositivos, em 30 dias de trabalho corrido.

“O novo projeto — informou o presidente do Congresso Nacional

e do Senado, senador Humberto Lucena (PMDB-PB) — já está pronto”.

A revelação de Lucena foi feita a um grupo de constituintes peemedebistas — senador Mauro Benevides (CE), vice-presidente da Assembléia Constituinte; deputado Euclides Scalco (PR), líder em exercício do PMDB na Assembléia; deputado Expedito Machado (CE), líder do Centro Democrático do PMDB, grupo conservador desse partido; e senador Nelson Carneiro (RJ), além do ministro da Justiça, ex-senador Paulo Brossard.

Preocupação

O senador Lucena evitou explicar qual a origem desse novo substitutivo oficial de Constituição, bem como não revelou suas diretrizes políticas, econômicas e sociais.

O senador Benevides, no entanto, admitiu haver sérias preocupações do Governo quanto ao prolongamento do funcionamento da Constituinte. Segundo ele, as negociações em torno da dívida externa estão-se desenvolvendo com dificuldade, em razão da demora quanto a definições dos constituintes no plano econômico.

Informou Benevides que ele próprio, na qualidade de vice-presidente da Constituinte, vai relatar, terça-feira próxima, por

determinação do presidente da Assembléia, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), dois projetos de decisão da maior importância, relativamente à dívida externa.

O primeiro é o que proíbe, durante a Constituinte, qualquer remessa de lucros obtidos pelas empresas estrangeiras no Brasil. O outro projeto exige que a moratória não seja suspensa enquanto o Governo não submeter todos os empréstimos externos à auditoria do Congresso Nacional.

Regimento

Quando ao regimento da Assembléia, o deputado acha — contra o pensamento do Governo — que o plenário da Constituinte pode considerar aprovado tudo o que a Sistematização examinou, até aqui, bem como o resto de seu substitutivo, ressalvados os destaques pendentes, que seriam apreciados no plenário da Assembléia.

Pelo menos dois partidos — o PT e o PDT — se opõem a essa tese, contrária ao regimento da Constituinte (no que concordam com o Governo), por entenderem, ainda, que lhes será mais fácil aprovar modificações no substitutivo de Cabral na Sistematização, com apenas 47 votos, do que em plenário, onde precisarão dos votos de 280 constituintes.



Ulysses Guimarães (PMDB-SP)

Para Ulysses, a nova Carta inibirá golpe

Goiânia — “Queremos dar um golpe no golpe, acabando com a Constituição que está em vigor e que é discriminatória”, disse ontem o deputado Ulysses Guimarães, na rápida visita que fez a Goiânia. Ele afirmou que as pessoas que falam atualmente em golpe são aquelas que se beneficiaram das benesses dos governos militares. Disse, em seguida, que “golpe no golpe” será dado através da elaboração e promulgação da nova Carta Magna do País.

Indagado sobre a conclamação feita pelo presidente Sarney à classe política para a realização de um pacto nacional, o presidente da Constituinte confirmou que o único pacto possível passa pela elaboração da nova Constituição. “Só há democracia e respeito aos direitos humanos com uma boa Constituição, e nós queremos fazê-la, solidária com os mais necessitados. Esse é o grande pacto com a sociedade brasileira”, afirmou.

Com relação à reforma administrativa realizada pelo presidente José Sarney no decorrer da última semana, o deputado Ulysses Guimarães ressaltou que foi respeitado o acordo firmado entre ele e o Presidente, no sentido de prestigiar o Conselho Nacional. “Ao prestigiar os políticos com mandato na Constituinte, o Presidente quis estreitar mais o contato com o Congresso Nacional”, disse ele. Ulysses afirmou ainda que esperava ver os trabalhos da Constituinte encerrados este ano, descartando a possibilidade de conceder uma nova prorrogação para o término dos trabalhos da Comissão de Sistematização.

Objetivo é garantir os 5 anos

O projeto de nova Constituição a ser apresentado pelo Governo ao plenário da Constituinte, caso a Comissão de Sistematização da Assembléia não conclua a votação do substitutivo constitucional do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), até quarta-feira próxima, é mais uma tentativa oficial para preservar o presidencialismo e o mandato presidencial de cinco anos para o presidente Sarney.

A existência desse projeto foi revelada pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB), na conversa informal na residência do ministro da Justiça, Paulo Brossard, nesse final de semana.

Apesar da reserva de Lucena quanto ao conteúdo do projeto, bem como quanto à sua autoria, o trabalho em questão contempla, basicamente, o problema da duração do mandato presidencial e o presidencialismo. Muitas matérias aprovadas pela Comissão de Sistematização até aqui — como a estabilidade, redução da jornada de trabalho, idade de alistamento eleitoral etc — comportam soluções mais conservadoras no projeto oficial.

Rejeição

A tese do mandato presidencial de cinco anos é aprovada, nesse projeto, tanto para Sarney quanto para seus sucessores.

Dentro do PMDB, porém, aumentou, nos últimos dias, a rejeição a esse princípio, embora haja no partido quem advogue o mandato de seis anos para Sarney, mediante a implantação do parlamentarismo no último ano de seu Governo.

O motivo principal da restrição aos cinco anos desejados por Sarney é que o partido considera inaceitável disputar o próximo pleito presidencial em 1989, ano em que não haverá qualquer outra eleição, seja municipal ou federal. Em tais condições — e essa é a opinião, entre outros, de Lucena e do senador Mauro Benevides (PMDB-CE), vice-presidente da Assembléia Constituinte — o PMDB ficaria em desvantagem perante as demais agremiações, pois é o partido que possui, hoje, maior número de diretórios municipais em todo o País, de prefeitos, vereadores, deputados estaduais, federais, senadores e governadores, bases indispensáveis a uma disputa presidencial.

Arquivo 26/9/85



Lucena admite o parlamentarismo

Por eliminação, contrariamente ao que deseja o Governo, ainda que o projeto de Constituição do Executivo seja aceito noutros pontos, o PMDB deverá decidir entre o mandato de quatro ou de seis anos para Sarney.

No último caso, porém, a opção implicaria na adoção do parlamentarismo, sistema que perdeu substância, nos últimos dias, em face do fortalecimento da imagem de alguns governadores do PMDB, especialmente o de São Paulo, Orestes Quéricia. A este, bem como a todos os outros bem situados, hoje, na disputa sucessória, interessaria a aprovação do mandato de quatro anos para Sarney.

Na opinião da maioria dos peemedebistas, entre os quais o próprio Lucena, a sucessão de Sarney passará, forçosamente, por São Paulo, isto é, dificilmente o próximo Presidente da República deixará de ser um paulista.

Lucena considera candidato natural do PMDB à sucessão o presidente do partido e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, deputado federal paulista desde 1950, ininterruptamente. A imposição de uma candidatura paulista — no entender do presidente do Congresso — é consequência da importância da base eleitoral de São Paulo em relação ao resto do Brasil.

Lucena admite, porém, a hipótese da solução parlamentarista, com eleição direta do Presidente da República, e até advoga a eleição simultânea de um vice-presidente (o que é incomum no parlamentarismo), para evitar eventuais crises no caso de vacância da Presidência.

Cresce debate sobre sucessão

Embora o presidente José Sarney acredite que terá ainda mais dois anos e quatro meses de mandato, as especulações em torno da sucessão presidencial passaram a ser mais frequentes, em Brasília, nos últimos dias, em face do fortalecimento da tese das eleições diretas em 1988.

O governo Sarney vai tentar, nos próximos dias, viabilizar um novo texto de Constituição que assegure ao atual Presidente o mandato de cinco anos. Esse documento oficial já está pronto e foi elaborado com base em trabalho do consultor-geral da República, Saulo Ramos, contando com a promessa de apoio do Centro Democrático do PMDB, grupo de constituintes peemedebistas conservadores, liderado pelo deputado Expedito Machado (CE).

Para os peemedebistas, o ideal seria que se pudesse aguardar a conclusão dos trabalhos da Constituinte, antes de se abrir o debate sucessório.

Mas, em face das ações direitistas, contra a Constituinte pre-

dominantemente peemedebista e contra o PMDB — ao qual se procura responsabilizar pelo fracasso do governo Sarney no plano econômico e social — a abertura do debate sucessório, com a fixação de candidaturas presidenciais, significaria um obstáculo ao golpe.

Em termos de candidaturas, o PMDB acredita dispor de quadros mais amplos do que o de todas as demais agremiações.

No rol de candidatos do partido estão os paulistas Ulysses Guimarães, presidente do PMDB; o governador Orestes Quéricia, o senador Mário Covas, o ex-governador Franco Montoro e o ex-ministro da Fazenda, Dilson Funaro, cujo nome, juntamente com o de Quéricia, tem ganho destaque nas últimas pesquisas sucessórias. De outros estados se destacam ainda o senador José Richa (PMDB-PR) e os governadores Waldir Pires (BA), Miguel Arraes (PE), Álvaro Dias (PR) e Fernão Collor de Melo (AL), sendo que entre os últimos o nome do governador baiano parece contar com

maior apoio na Constituinte, como candidato ideal do PMDB à vice-presidência.

Na percepção de políticos da cúpula do PMDB, que estiveram reunidos nesse final de semana, em Brasília, o mandato do presidente Sarney está menos ameaçado pela extrema-direita do que pelo insucesso de seu Governo em enfrentar os problemas do País.

Sarney — de acordo com o entendimento generalizado — expôs-se a novo e irremediável desgaste, pela frustração das expectativas que ele próprio despertou, ao falar em reforma de seu ministério. Do ponto de vista político, a credibilidade do governo Sarney está em baixa e praticamente igual à que marcou os últimos tempos do governo João Figueiredo. Foi por esse motivo — no entender dos dirigentes do PMDB — que os militares, embora disciplinados sob o comando de Figueiredo, não conseguiram salvar o regimento instalado no Brasil em 1964 e não se envolverão, agora, para preservar cinco ou seis anos de mandato a Sarney.

Sarney afirma que atendeu PMDB e PFL

A decisão adotada pelo presidente Sarney, em maio, de fixar em cinco anos a duração do seu mandato, não foi mera opção pessoal. Foi adotada para atender aos interesses do PMDB e do PFL, expressos pelo deputado Ulysses Guimarães e pelo ministro Aureliano Chaves, que foram consultados sobre o assunto antes do pronunciamento de Sarney.

Essa explicação foi dada pelo presidente da República a um grupo de parlamentares peemedebistas que esteve no Palácio da Alvorada, semana passada, e revelada ontem pelo deputado pernambucano Osvaldo Lima Filho. Segundo disse, o presidente explicou ao grupo que considerava fundamental ao próprio processo de transição que o seu mandato fosse definido de imediato. Pessoalmente tinha posição firmada apenas em relação ao sistema de governo — presidencialista.

Sarney pediu ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e ao ministro Aureliano Chaves, do PFL, que indicassem o período que consideravam mais adequado para a sua permanência no cargo. Ambos responderam que o mandato de cinco anos era o que melhor atendia ao pensamento do PMDB e do PFL.

A esquerda do PMDB e a oposição (PT, PDT, PC do B e PSB) reagiram à fala presidencial, considerando a atitude de Sarney como uma afronta à soberania da Constituinte. Semanas depois, em entrevista coletiva, o presidente admitiu que já defendera apenas quatro anos para o seu mandato, mas observou que esse era apenas um ponto de vista pessoal que abandonara em razão dos «interesses do País». (Marcondes Sampaio)